

## ANEXO IV – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

### 1. Habilitação Jurídica

**1.1.** A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso consistirá em:

I. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

II. empresário individual: inscrição no registro público de empresas mercantis, a cargo da junta comercial da respectiva sede;

III. microempreendedor individual (MEI): certificado da condição de microempreendedor individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

IV. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no registro público de empresas mercantis, a cargo da junta comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

V. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na junta comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

VI. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no registro civil de pessoas jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VII. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no registro civil das pessoas jurídicas ou no registro público de empresas mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz;

VIII. os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

IX. para representação por meio de instrumento de procuração, a empresa com proposta de menor preço deverá apresentar, o instrumento particular ou público de procuração, em validade, que deve outorgar ao representante, poderes gerais para a prática de todos os atos inerentes ao Procedimento Similar ao Pregão Eletrônico, especialmente para formular ofertas e lances de preços, em nome da empresa representada. No caso de Instrumento particular de procuração, deverá ficar comprovado que o subscritor da procuração tem poderes para tal delegação por meio de cópia do contrato social e ou outro documento constitutivo.

### 2. Critérios de Qualificação Técnica



**2.1.** Serão solicitadas as seguintes documentações para a comprovação de qualificação técnica:

I. 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica que deverão comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação e deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente do licitante;

a) com relação à quantidade dos atestados a que se refere o inciso I do subitem 15.2.1, deverá demonstrar que o licitante executou contratos em atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, que correspondam a 40% (quarenta por cento), do quantitativo total de público esperado para o evento, (não se admitindo somas de montantes de eventos diversos), ou seja, de 800 (oitocentos) pessoas por dia de serviços iguais ou similares conforme descrito neste Termo de Referência, desde que contenham no mínimo o seguinte conjunto de atividades: com credenciamento, organização e montagem de pelo menos 38 stands, montagem de palco com sonorização e cenografia de todo o evento, com identificação do evento executado;

b) para atendimento do critério de quantidade constante no parágrafo anterior, não será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados, em razão da logística distinta para um evento desse porte;

II. Certificado válido de cadastramento obrigatório no Ministério do Turismo, o CADASTUR, de que trata o art. 22 e o art.30, inciso 1º e 2º, da Lei federal n. 11.771/2008, e nos termos do Decreto federal n. 7.381/10, demonstrando que a licitante está autorizada a prestar serviço de organização de eventos.

III. Apresentação de declaração assinada pelo responsável da licitante vencedora, no ato da assinatura do contrato, de que instalará escritório de sua empresa na cidade de Manaus (AM), a ser comprovado no prazo máximo de 10 (dez) dias contado a partir da vigência do contrato.

a) A licitante poderá sofrer, mediante prévio aviso, a visita técnica da AFEAM para verificação de suas instalações, meios de produção e trabalho, quadros funcionais, recursos técnicos, etc., mediante prévio aviso, como requisito da fase de análise de qualificação técnica da fase de habilitação do certame

**3. Critérios de Qualificação Econômico-Financeira**

**3.1.** A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se á:

I. Apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante;

II. Apresentação de balanço patrimonial do último exercício social e demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei, que comprovem boa situação financeira, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita por meio da apresentação da Declaração de Capacidade Financeira (Anexo IV-A), com a demonstração dos seguintes índices:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) Caso a licitante não atenda mínimo previsto em qualquer dos índices contábeis previstos na letra anterior, deverá comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

#### **4. Regularidade Fiscal**

**4.1.** A documentação relativa à regularidade fiscal consistirá em:

- I. Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ);
- II. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união; e,
- III. Prova de regularidade relativa ao fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), mediante a apresentação do certificado de regularidade do FGTS (CRF).